

Balancos patrimoniais em 31/12/18 e 2017 (Em MRS)

Ativo	Nota	Individual		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo		439.495	400.912	541.452	498.835
Circulante		122.177	109.199	194.783	169.387
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.557	9.698	7.559	10.940
Contas a receber	6	78.438	68.365	94.893	82.233
Estoques	7	30.294	26.665	71.770	61.229
Despesa antecipada		383	470	2.095	1.408
JSCP/Dividendos a receber	10	3.000	2.602	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	8	3.478	1.339	14.717	12.542
Outros		27	60	3.749	1.035
Não circulante		317.318	291.713	346.669	329.448
Partes relacionadas	9	3.214	34.414	-	-
Depósitos judiciais	18	977	987	2.571	2.551
Impostos e contribuições a recuperar	8	163	159	5.293	7.471
Impostos diferidos		971	1.009	3.984	1.488
Propriedade para investimento		-	-	132	132
Investimentos	10	295.921	241.425	6.389	3.342
Imobilizado	11	12.694	10.806	296.661	283.819
Intangível	12	3.378	2.913	26.528	25.771
Outros	11	-	-	5.111	4.874

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Individual		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Passivo e patrimônio líquido		439.495	400.912	541.452	498.835
Circulante		44.651	35.245	97.559	78.312
Empréstimos e financiamentos	13	265	4.288	5.320	8.868
Fornecedores	14	6.231	5.309	26.349	22.493
Obrigações trabalhistas	15	5.845	5.523	22.130	14.868
Obrigações tributárias	16	10.168	7.690	14.845	12.839
Tributos parcelados	17	220	439	7.136	7.232
Juros sobre capital próprio/dividendos a pagar	19	21.575	11.666	21.575	11.666
Outros		347	330	204	346
Não circulante		3.179	4.986	52.218	59.989
Empréstimos e financiamentos	13	271	1.839	13.103	17.434
Provisão para contingências	18	676	619	2.897	2.136
Partes relacionadas	9	-	-	5.184	1.922
Tributos parcelados	17	2.232	2.528	26.630	33.672
Impostos diferidos	11	-	-	4.404	4.415
Outros		-	-	-	410
Patrimônio líquido	19	391.665	360.681	391.675	360.534
Capital social		2.914	2.914	2.914	2.914
Reserva de capital		250.387	250.387	250.387	250.387
Reserva legal		583	760	583	760
Reserva de subvenção		18.473	18.473	18.473	18.473
Reserva de lucros		119.308	88.147	119.308	88.147
Atribuído a part. dos acionistas controladores		391.665	360.681	391.665	360.681
Participação do acionista não controlador		-	-	10	(147)

Demonstrações dos resultados em 31/12/18 e 2017 (Em MRS)

Ativo	Nota	Individual		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	20	428.988	395.884	503.501	464.562
Custo dos produtos vendidos	21	(254.023)	(225.193)	(223.389)	(197.966)
Lucro bruto		174.965	170.691	280.112	266.596
Recargas (desp.) operacionais, líquidas		(480)	(480)	(948)	(948)
Remuneração dos administradores	9	(56.328)	(58.009)	(106.788)	(107.118)
Despesas com vendas	22	(52.359)	(49.263)	(88.820)	(76.678)
Despesas gerais e administrativas	22			1.622	-
Result. de equivalência patrimonial	10	3.996	1.622	-	-
Outras despesas operacionais		(1.183)	(578)	(4.518)	(6.645)
Lucro antes do resultado financeiro e do IR e contribuição social		68.611	63.983	79.038	75.207
Receitas financeiras	24	838	2.844	2.651	6.245
Despesas financeiras	24	(1.363)	(2.382)	(11.775)	(16.555)
Lucro antes do IR e contribuição social		68.086	64.445	69.914	64.897
IR e contribuição social - corrente	23	(12.064)	(12.640)	(16.280)	(13.621)
IR e contribuição social - diferido	23	(38)	4	2.507	223
Lucro líquido do exercício		55.984	51.809	56.141	51.499
Atribuído ao acionista controlador		-	-	55.984	51.809
Atribuído ao acionista não controlador		-	-	157	(310)

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/18 e 2017 (Em MRS)

	Nota	Individual		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício		55.984	51.809	56.141	51.499
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes		55.984	51.809	56.141	51.499
Atribuído ao acionista controlador		-	-	55.984	51.809
Atribuído ao acionista não controlador		-	-	157	(310)

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/18 e 2017 (Em MRS)

	Nota	Individual		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		55.984	51.809	55.984	51.809
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(3.284)	(510)	(29.599)	(55.115)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(19.000)	(69.000)	-	-
Variação líquida do caixa e caixa equivalentes		(1.200)	(16.701)	(24.615)	(58.321)
Caixa e equivalentes no início do exercício		6.557	9.698	7.559	10.940
Caixa e equivalentes no fim do exercício		5.357	2.997	(2.056)	(4.381)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/18 e 2017 (Em MRS)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de subvenção	Reservas de lucros		Lucro acionista controlador	Participação acionista não controlador	Total
				legal de lucros	acumulado			
Saldos em 31/12/16	2.914	250.387	18.473	760	50.063	-	322.597	662.237
Reserva de lucro	-	-	-	-	38.084	(38.084)	-	-
Juros sobre capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	(13.725)	(13.725)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	51.809	51.809	(310)	51.499
Saldos em 31/12/17	2.914	250.387	18.473	760	88.147	360.681	(147)	662.237
Reserva de lucro	-	-	-	-	31.161	(31.161)	-	-
Juros sobre capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva	-	-	-	(177)	-	177	-	-
Dividendo mínimo obrigatório - 25% - JCP	-	-	-	-	(25.000)	(25.000)	-	(25.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	55.984	55.984	157	56.141
Saldos em 31/12/18	2.914	250.387	18.473	583	119.308	391.665	10	662.237

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31/12/18 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional.** Fundada em 1870, a Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S.A. ("Granado") é uma S.A. de capital fechado. Ao longo dos anos o acionista da Granado criou as empresas: Ponteland Distribuição S.A. ("Ponteland" ou "Cia.") em 2003; sendo esta uma S.A. de capital fechado e Jesmond Comércio Varejista Ltda. ("Jesmond") em 2009. Estas sociedades possuem sede à Rua Barão de Tefé, n° 34 - Saúde, Rio de Janeiro, RJ. A Ponteland e suas controladas, doravante serão referidas como "Grupo" para fins deste relatório. Em setembro de 2016, houve o ingresso do acionista Antonio PUIG S.A. ("PUIG"), sociedade devidamente organizada e existente de acordo com as leis da Espanha. O novo acionista adquiriu 35% do capital votante. A empresa Antonio PUIG S.A. não tem participação direta nas controladas. Os recursos oriundos do aporte de capital efetuado pela PUIG foram utilizados essencialmente para reduzir o endividamento do Grupo, com a aquisição de operações de debêntures e financiamentos diversos, sendo o ingresso do acionista Antonio Puig, S.A. estratégico para o fortalecimento das marcas e expansão das vendas no mercado internacional. O Grupo tem como principal frente de negócios a produção, comercialização e distribuição, no atacado e varejo, de produtos farmacêuticos, higiene e limpeza pessoal, cosméticos e perfumarias, especialmente das marcas Granado e Phebo. No final/12/14, foi inaugurada a nova fábrica, localizada em Japeri, Rio de Janeiro. O processo de expansão continuou em 2015, 2016, 2017 e 2018, neste período ocorreram investimentos expressivos em construção e na aquisição de equipamentos. Em novembro de 2017, a Granado abriu a primeira loja própria na França e iniciou as vendas online na Europa. O Grupo pretende avaliar o desempenho, para tomada de decisões futuras. Em dezembro de 2018, o Grupo abriu mais uma loja na França. Em 31/12/18, o Grupo conta, em nível nacional, com duas unidades fabris, um centro de distribuição, 68 lojas, além de escritórios administrativos e de vendas. No primeiro semestre de 2019 o Grupo planeja a desmobilização da unidade fabril em Belém. A unidade fabril do Rio de Janeiro finalizou os investimentos necessários para centralizar toda a produção. A Cia. provisionou o valor de aproximadamente R\$7.000 referente aos gastos com a desmobilização da fábrica de Belém. A Cia. não tem expectativa de incorrer com gastos acima dos valores estimados já provisionados. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras (individual e consolidada) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A moeda funcional do Grupo é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras (individual e consolidada). A preparação das demonstrações financeiras (individual e consolidada) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As demonstrações financeiras (individual e consolidada) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram autorizadas pela Administração em 28/02/2019. **3. Resumo das principais políticas contábeis.** **3.1. Caixa e equivalentes de caixa.** Os equivalentes de caixa são mantidos pelo Grupo com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos a contar da data da contratação. **3.2. Contas a receber.** As contas a receber de clientes estão apresentadas pelo valor de realização. A provisão para risco de crédito é efetuada em montante suficiente para a cobertura de perdas prováveis na realização de créditos a receber, considerando os riscos envolvidos. A empresa adota como critério constituir a provisão para os valores pendentes de recebimento superior a 180 dias. **3.3. Estoques.** Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição e produção, deduzido de provisão para ajustá-las aos prováveis valores de realização, quando aplicável. **3.4. Ativos arrendados. Arrendamento mercantil operacional.** Arrendamentos mercantis para os quais o grupo não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo, são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. **Arrendamento mercantil financeiro.** Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. **3.5. Imobilizado.** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, ajustado pelo custo atribuído dos bens, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os itens do imobilizado são inicialmente reconhecidos ao custo. Da mesma forma que o preço de compra, o custo inclui os custos diretamente atribuíveis e o valor presente estimado dos custos futuros inevitáveis de desmontagem e remoção de itens. O passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido dentro de provisões. Terrenos não são depreciados. A depreciação é apurada para todos os outros itens do imobilizado e serve para amortizar o valor contábil dos itens ao longo de suas vidas úteis econômicas esperadas. São aplicadas as seguintes taxas ao ano pelo método linear:

Prédios e benfeitorias	4%
Móveis e utensílios	10%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Veículos	20%

Benefícios e imóveis de terceiros Tempo de contrato

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram registrados com base em laudo de empresa especializada deduzido de depreciação e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil ao valor recuperável. **3.6. Intangível.** Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes e luvas por ponto de venda da rede varejo (Jesmond). Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. **3.7. Empréstimos e financiamentos.** Os

empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescido do custo da transação diretamente relacionado. São mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **3.8. Outros ativos e passivos.** Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.9. Tributos. Tributos sobre vendas.** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Programa de Integração Social - PIS: 1,65% - 2,20%; COFINS - COFINS: 7,60% - 10,30%; Imposto sobre Serviços - ISS: 5%; Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS: 19%. **IR e contribuição social - corrente e diferido.** A tributação sobre o lucro compreende o IR ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O IR é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** Julgamentos. A preparação das demonstrações financeiras do Grupo requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas.** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: *Vida útil dos ativos imobilizado e intangível.* A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. *Imobilizado.* Registrado ao custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada para os bens adquiridos a partir de 2009. Para os bens adquiridos anteriormente a 2009, o Grupo registrou os bens ao valor justo (custo atribuído) com base na avaliação de peritos independentes, conforme permitido pelo CPC 27 - Imobilizado. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.* A Administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o seu valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Em 31/12/16 não houve indícios de que os ativos não financeiros não seriam recuperados. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *Impostos.* Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de LP e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Sociedade constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. *Provisões.* Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.* Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Provisão para créditos de liquidação duvidosa.* A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nas faturas vencidas há mais de 180 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes. **3.11. Subvenções governamentais.** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições foram satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujos benefícios se objetiva compensar. **3.12. Reconhecimento das receitas.** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos. A receita é reconhecida pelo Grupo apenas quando da efetiva venda de produtos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As divulgações de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas relacionadas à receita de contrato com cliente são apresentadas no item 3.15. **3.13. Demonstração dos fluxos de caixa.** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018.** O Grupo aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º/01/2018 ou após esta data. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas mas ainda não vigentes. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir: **CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.** O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contratos com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. O CPC 47 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de

um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. O Grupo revisitou suas práticas contábeis relacionadas à identificação das obrigações de desempenho concedidos. O Grupo possui 02 categorias de vendas: *Atacado* - A receita de venda é gerada a partir das vendas efetuadas para os clientes Granado, mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida / a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. *Varejo* - Na controlada Jesmond Comércio Varejista Ltda., que atua no comércio varejista, as receitas de vendas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Essas receitas de vendas são reconhecidas quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e o consumidor obtiver o controle desse produto. Para as grandes redes, a entrega de produtos não é a única obrigação, o valor do faturamento constitui a obrigação de conceder descontos sobre o faturamento. A despesa é contabilizada no mês de competência.

pelo período restante de duração, 13 anos. **4. Base de consolidação.** As demonstrações financeiras consolidadas incluem todas as demonstrações financeiras das entidades que compõem o Grupo. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada pelos seguintes ajustes: • As transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas são eliminadas. • Os saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas são eliminados. • Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas são eliminados. • Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Todas as empresas consolidadas têm o mesmo exercício fiscal e possuem práticas contábeis consistentes. As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 compreendem as demonstrações financeiras da Granado, Ponteland e da Jesmond.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Bancos - contas movimento	1.562	442	2.407	1.061
Aplicações financeiras	4.986	9.105	5.143	9.728
Conta vinculada	9	151	9	151
<b>Total</b>	<b>6.557</b>	<b>9.698</b>	<b>7.559</b>	<b>10.940</b>

O saldo de bancos é constituído por valores disponíveis em contas bancárias, sem remuneração. As aplicações financeiras do Grupo referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Tanto as aplicações financeiras quanto os saldos em contas bancárias são mantidos em sua totalidade em bancos de primeira linha, podendo ser resgatados a qualquer tempo.

**6. Contas a receber**

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Duplicatas a receber	79.642	69.220	73.942	64.337
Provisão p/ créditos com liquidação duvidosa	(1.453)	(1.088)	(1.453)	(1.088)
Recebíveis de operações de cartão de crédito	-	-	21.578	18.400
Outros	249	233	826	584
<b>Total</b>	<b>78.438</b>	<b>68.365</b>	<b>74.893</b>	<b>82.233</b>

Vencimento de duplicatas a receber:

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	77.581	67.034	71.868	62.151
Vencidas	-	-	-	-
Até 30 dias	229	185	231	185
De 30 a 60 dias	75	309	75	309
De 60 a 180 dias	304	604	315	604
Acima de 180 dias	1.453	1.088	1.453	1.088
<b>Total</b>	<b>79.642</b>	<b>69.220</b>	<b>73.942</b>	<b>64.337</b>

Saldo no início do exercício 1.088 863 1.088 863  
Complemento de provisão no exercício 365 225 365 225  
Saldo no final do exercício 1.453 1.088 1.453 1.088

O saldo a receber de clientes é representado, principalmente, por vendas efetuadas a pessoas jurídicas e recebíveis de operações com cartão de crédito. Em função do curto prazo das operações de vendas, o ajuste a valor presente foi considerado irrelevante pela Administração da Cia. na data-base das demonstrações financeiras. A Cia. possui ações judiciais no montante de R\$1.453, substancialmente com empresas em situação de recuperação judicial.

**7. Estoques**

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Produto acabado	29.264	26.326	42.262	40.377
Produto acabado em poder de terceiros	-	-	604	237
Matéria-prima/embalagem	1.030	339	26.161	18.277
Estoque em trânsito	-	-	889	1.993
Outros	-	-	1.854	345
<b>Total</b>	<b>30.294</b>	<b>26.665</b>	<b>71.710</b>	<b>61.222</b>

**8. Impostos e contribuições a recuperar**

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IR Pessoa Jurídica – IRPJ (i)	453	449	5.546	4.451
Contribuição Social s/ Lucro Líquido – CSLL (i)	127	53	1.288	1.265
IR Retido na Fonte	1.221	878	1.067	724
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (ii)	75	17	6.667	12.131
PIS/COFINS a recuperar (iii)	1.662	-	4.657	-
Outros	103	101	785	1.442
<b>Total</b>	<b>3.641</b>	<b>1.498</b>	<b>20.010</b>	<b>20.013</b>

Circulante 3.478 1.339 14.717 12.542  
Não circulante 163 159 5.293 7.471

(i) Os valores de IR e CSLL referem-se a antecipações efetuadas por estimativa a serem compensadas com apurações futuras. (ii) O valor de ICMS a recuperar é proveniente das aquisições de ativo fixo, na construção da fábrica no Município de Japeri. (iii) O valor de PIS/COFINS a recuperar é proveniente da tomada de crédito, referente as despesas de aluguel do Grupo.

**9. Partes relacionadas**

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo a receber	3.058	22.752	156	11.662
Mútuo - Casa Granado	-	-	3.214	34.414
Mútuo - Jesmond	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.058</b>	<b>22.752</b>	<b>3.370</b>	<b>46.076</b>

Sobre os saldos não há a incidência de juros ou atualização monetária, bem como não possuem prazo definido para liquidação. A remuneração dos membros da Diretoria é fixada anualmente pelo Conselho de Administração. A remuneração total dos administradores da Ponteland foi de R\$480 e a nível consolidado foi de R\$948 em 31/12/18 e 2017, consistentes com os limites estabelecidos em Assembleia Geral. O Grupo não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de LP para a administração e seus empregados.

**10. Investimentos**

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Controladas diretas	99,99%	164.098	348.146	(96.536)
Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S.A.	-	-	-	-
Jesmond Comércio Varejista Ltda.	100,00%	54.700	67.941	(21.223)
<b>Total</b>	<b>99,99%</b>	<b>218.798</b>	<b>416.087</b>	<b>(117.759)</b>

a) Participações societárias

	Participação	Quanto a quotas	Ativo	Passivo	Lucro líquido	Receita operacional Exer- cício
Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S.A.	99,99%	164.098	348.146	(96.536)	(251.610)	241.353
Jesmond Comércio Varejista Ltda.	100,00%	54.700	67.941	(21.223)	(46.718)	118.158
<b>Total</b>	<b>99,99%</b>	<b>218.798</b>	<b>416.087</b>	<b>(117.759)</b>	<b>(298.328)</b>	<b>359.511</b>

b) Movimentações controladora

	Participação	Quanto a quotas	Ativo	Passivo	Lucro líquido	Receita operacional Exer- cício
Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S.A.	99,99%	163.598	325.074	(111.695)	(213.379)	213.597
Jesmond Comércio Varejista Ltda.	100,00%	36.200	60.429	(31.397)	(29.032)	105.445
<b>Total</b>	<b>99,99%</b>	<b>199.798</b>	<b>385.503</b>	<b>(143.092)</b>	<b>(242.411)</b>	<b>319.042</b>

(\*) O saldo de equivalência já está líquido na Granado e na Jesmond nos respectivos valores referentes ao lucro não realizado das operações entre as empresas do Grupo. Nas empresas Granado e Jesmond os valores referentes aos lucros não realizados foram em 2017 R\$ 1.280 e R\$ (134) e em 2018 foi de R\$ (2.245) e R\$ 21, respectivamente. Tais saldos contemplam os valores revertidos referente ao lucro não realizado eliminados de 2017 realizados em 2018.

**11. Imobilizado**

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Benfeitorias em imóveis de terceiros	853	12.108	1.318	1.046
Máquinas e equipamentos	-	-	16	37
Móveis e utensílios	-	-	23	344
Periféricos	-	-	(5)	(425)
Veículos	-	-	3	344
Imobiliz. em 31/12/17	853	12.108	1.334	1.083
Depreciação	(520)	(3.029)	(692)	(473)
Saldos em 31/12/16	(84)	(543)	(118)	(105)
Adições	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31/12/17	(604)	(3.572)	(810)	(578)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Adições	(88)	(669)	(113)	(140)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/17	(604)	(3.572)	(810)	(578)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Adições	(88)	(669)	(113)	(140)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/17	(604)	(3.572)	(810)	(578)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Adições	(88)	(669)	(113)	(140)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/17	(604)	(3.572)	(810)	(578)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Adições	(88)	(669)	(113)	(140)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/17	(604)	(3.572)	(810)	(578)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Adições	(88)	(669)	(113)	(140)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/17	(604)	(3.572)	(810)	(578)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Adições	(88)	(669)	(113)	(140)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/17	(604)	(3.572)	(810)	(578)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Adições	(88)	(669)	(113)	(140)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/17	(604)	(3.572)	(810)	(578)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Adições	(88)	(669)	(113)	(140)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/17	(604)	(3.572)	(810)	(578)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Adições	(88)	(669)	(113)	(140)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/17	(604)	(3.572)	(810)	(578)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Adições	(88)	(669)	(113)	(140)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/17	(604)	(3.572)	(810)	(578)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Adições	(88)	(669)	(113)	(140)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/17	(604)	(3.572)	(810)	(578)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Adições	(88)	(669)	(113)	(140)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/17	(604)	(3.572)	(810)	(578)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Adições	(88)	(669)	(113)	(140)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/17	(604)	(3.572)	(810)	(578)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Adições	(88)	(669)	(113)	(140)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/17	(604)	(3.572)	(810)	(578)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Adições	(88)	(669)	(113)	(140)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31/12/18	(692)	(3.892)	(923)	(718)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/12/17	(604)	(3.572)	(810)	(578)
Depreciação	(88)	(669)	(113)	(140)
Saldos em 31/				

23. IR e contribuição social	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do IR e contribuição social	68.086	64.445	69.914	64.897
Alíquota fiscal de IR/CS	34%	34%	34%	34%
Despesa à alíquota nominal	(23.149)	(21.911)	(23.771)	(22.065)
Multas e outras despesas indedutíveis	(137)	(26)	(367)	(194)
Subvenções governamentais	3.391	5.170	2.341	5.516
Outras adições e exclusões permanentes	7.793	4.131	8.024	3.345
Despesa de IR e contribuição social	(12.102)	(12.636)	(13.773)	(13.398)
Alíquota efetiva	18%	20%	20%	21%

O Grupo constituiu IR e contribuição social diferidos no montante de R\$2.507 em 2018 (R\$223 em dezembro de 2017) sobre diferenças temporárias originadas na Ponteland. Em função do histórico de prejuízos, não foram constituídos créditos tributários sobre prejuízos fiscais. A Cia. provisionou em 2018 o valor de R\$6.962 referente a indenizações a pagar na desmobilização da unidade de Belém e R\$ 488 referente ao complemento de contingências.

24. Resultado financeiro	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Juros financeiros	136	301	136	308
Outras receitas financeiras	702	2.543	2.515	5.937
Total	838	2.844	2.651	6.245
Despesas financeiras				
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(424)	(1.235)	(1.806)	(2.896)
Juros sobre parcelamentos	(255)	(292)	(2.096)	(4.285)
IOF	(34)	(49)	(94)	(109)
Tarifas bancárias	(162)	(184)	(297)	(432)
Juros financeiros	(71)	(189)	(211)	(255)
Var. cambial	-	-	(715)	(3.688)
Taxa adm cartão	-	-	(1.881)	(1.937)
Comissões	(332)	(428)	(332)	(428)
Outras	(85)	(5)	(4.343)	(2.525)
Total	(1.363)	(2.382)	(11.775)	(16.555)
Resultado financeiro líquido	(525)	462	(9.124)	(10.310)

**25. Compromissos.** Em 31/12/18, o Grupo possuía 69 contratos de locação para seus depósitos e lojas. Os compromissos futuros tomando-se por base os contratos existentes em 31/12/18 são assim distribuídos:

Aluguéis	Individual				
	2019	2020	2021	2022	2023 em diante
	5.858	5.858	5.858	5.858	11.716

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ponteland Distribuição S.A. (Cia.), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/18 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ponteland Distribuição S.A. em 31/12/18, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis ado-

Aluguéis	Consolidado				
	2019	2020	2021	2022	2023 em diante
	23.332	23.333	23.334	23.335	42.625

**26. Cobertura de seguros.** O Grupo mantém apólices de seguro contratadas junto a seguradoras do país considerando a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31/12/18, o Grupo possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques além de apólice de responsabilidade civil e são assim demonstradas:

Riscos cobertos (em reais)	Montante da cobertura	
	Individual	Consolidado
Lucros cessantes decorrentes de raios/incêndio/explosão	126.142	126.142
Incêndio/raio/implosão/explosão de qualquer natureza	232.233	232.233
Veículos	100% FIPE	100% FIPE
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Outras coberturas	5.000	5.000
Risco de engenharia - obra Japeri - 12/17 a 12/18	75.406	75.406

A apólice de seguro engloba as três empresas do Grupo, são elas: Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S.A.; Ponteland Distribuição S.A. e Jesmond Comércio Varejista Ltda. **27. Instrumentos financeiros.** Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: **Caixa e equivalentes de caixa.** Estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. **Contas a receber.** São classificadas como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisões para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. **Fornecedores.** Decorrem de transações realizadas com terceiros para aquisição de serviços, equipamentos e peças para manutenção, e matérias-primas com preços praticados a valores de mercado. **Empréstimos e financiamentos.** São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. O Grupo revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/18, bem como os créditos para sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles

tadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se cau-

relacionados, os quais estão descritos a seguir: **Risco de taxa de juros.** Esse risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por causa das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. Considerando o perfil da dívida do Grupo, a Administração considera o risco a variações nas taxas de juros como não relevante. **Risco de crédito.** Esse instrumento financeiro refere-se principalmente às disponibilidades e as contas a receber do Grupo. Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. As contas a receber não são concentradas substancialmente em clientes com reputação e solidez. A Administração não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber. **Gestão de capital.** O objetivo da gestão de capital do Grupo é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios do Grupo e maximizar o valor aos acionistas. O Grupo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura. O Grupo pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. **Gestão de capital.** O Grupo inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	536	6.127	18.423	26.302
Fornecedores (Nota 14)	6.231	5.309	26.349	22.493
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(6.557)	(9.698)	(7.559)	(10.940)
Dívida líquida	210	1.738	37.213	37.855
Instrumentos de patrimônio				
Patrimônio líquido (Nota 19)	391.665	360.681	391.675	360.534
Capital social e dívida líquida	391.874	362.419	428.888	398.389
Quociente de alavancagem	0%	1%	9%	10%

**Christopher John Ogle Freeman** - Diretor Presidente - CPF: 853.543.768.15  
**Antônia Sônia Mineiro Lopes** - Contadora  
 CRC/RJ: 75200/O1 - CPF: 788.154.797-91

sada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 28/02/2019. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-6; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O-4.